



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Altera a Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 110 da Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação no inciso V e acrescido do inciso V-A:

Art. 110......

V. Alvará do Corpo de Bombeiros para expedição do Habite-se;

V-A. Licença Ambiental emitida pelo Estado de Minas Gerais para liberação do Alvará de Construção;

.....

Art. 2º Revogam-se os arts. 113, 115 e parágrafo único do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2028, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a ADEMINAS – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, na forma que especifica."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo, por intermédio do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar parceria com a ADEMINAS – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.052.649/0001-44, com sede na Rua Virgílio de Melo Franco, nº 250, Centro, na cidade de Araguari, para o desenvolvimento do Projeto Costurando um Futuro, por meio da celebração de termo de fomento na forma do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e § 3º, II, do art. 19 do Decreto Municipal nº 2.653/2023.

§ 1º O projeto tem como público-alvo os residentes no Município de Monte Carmelo, interessados em participar do processo de qualificação profissional para a indústria têxtil.

§ 2º O repasse será efetuado em parcela única, no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco mediante o desenvolvimento do plano de trabalho apresentado.

§ 3º A efetivação do repasse na forma estabelecida neste artigo ficará condicionada ao atendimento de todas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 2653/2023.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes desta Lei, será aberto crédito especial no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2029, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, na forma que especifica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), visando à criação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	01 - Secretaria Munic. Desenv. Econômico, Gov., Inov. e Turismo		
Subunidade	02 - Departamento de Desenvolvimento Econômico		
Função	22 - Indústria		
Subfunção	661 - Promoção Industrial		
Programa	4020 - Fortalecimento da Economia do Município		
Projeto/Atividade	1.580 - Apoiar Termo de Parceria do Projeto Costurando um Futuro		
Elemento	3.3.50.30.00.00 - Material de Consumo	Fonte de Recursos: 1706 - Transferência Especial da União	Valor: R\$ 40.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	01 - Secretaria Munic. Desenv. Econômico, Gov., Inov. e Turismo		
Subunidade	02 - Departamento de Desenvolvimento Econômico		
Função	22 - Indústria		
Subfunção	661 - Promoção Industrial		
Programa	4020 - Fortalecimento da Economia do Município		
Projeto/Atividade	1.580 - Apoiar Termo de Parceria do Projeto Costurando um Futuro		
Elemento	3.3.50.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte de Recursos: 1706 - Transferência Especial da União	Valor: R\$ 210.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	01 - Secretaria Munic. Desenv. Econômico, Gov., Inov. e Turismo		
Subunidade	02 - Departamento de Desenvolvimento Econômico		
Função	22 - Indústria		
Subfunção	661 - Promoção Industrial		
Programa	4020 - Fortalecimento da Economia do Município		
Projeto/Atividade	1.580 - Apoiar Termo de Parceria do Projeto Costurando um Futuro		
Elemento	4.4.50.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recursos: 1706 - Transferência Especial da União	Valor: R\$ 2.150.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - fonte de recursos: 1706 - Transferência Especial da União;

II - total geral: R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Art. 3º Fica incluso no Programa 4020 - Fortalecimento da Economia do Município, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2022-2025, as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei conforme determina no art. 3º da Lei Municipal nº 1765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, Lei Municipal n.º 1821, de 28 de junho de



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706

2022, o Projeto/Atividade 1.580-Apoiar Termo de Parceria do Projeto Costurando um Futuro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2030, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a desafetação e a permuta de áreas públicas por áreas particulares, que serão destinadas à implantação de Praça no Bairro Jardim Américo pelo Município de Monte Carmelo."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo, por intermédio do Poder Executivo Municipal, autorizado a desafetar as seguintes áreas institucionais da categoria de uso comum para uso dominical:

I - 01 (um) lote de terreno de nº 21 da Quadra 11, com área total de 200,00 m2, situado na Rua Maria Carolina, no Bairro Jardim Américo, constante na matrícula nº 33.354 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais);

II - 01 (um) lote de terreno de nº 40 da Quadra 11, com área total de 200,00 m2, situado na Rua Araújo Monteiro, no Bairro Jardim Américo, constante na matrícula nº 33.373 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 49.333,00 (quarenta e nove mil trezentos e trinta e três reais);

III - 01 (um) lote de terreno de nº 41 da Quadra 11, com área total de 200,00 m2, situado na Rua Araújo Monteiro, no Bairro Jardim Américo, constante na matrícula nº 33.374 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 49.333,00 (quarenta e nove mil trezentos e trinta e três reais).

Art. 2º Após a desafetação, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar a permuta das áreas públicas descritas no art. 1º desta Lei por áreas particulares de propriedade de Américo Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.658.845/0001-46, sendo:

I - 01 (um) lote de terreno de nº 28 da Quadra 05, com área total de 280,10 m2, situado na Avenida Américo Fernandes, no Bairro Jardim Américo, constante na matrícula nº 33.179 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 78.143,00 (setenta e oito mil, cento e quarenta e três reais);

II - 01 (um) lote de terreno de nº 27 da Quadra 05, com área total de 239,19 m2, situado na Avenida Américo Fernandes, no Bairro Jardim Américo, constante na matrícula nº 33.178 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 65.658,00 (sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais).

§ 1º As áreas descritas nos incisos I e II deste artigo serão afetados à categoria de uso comum, visando à implantação de uma praça.

§ 2º Com a finalidade de assegurar a estrita observância ao valor médio estimado apurado por meio das avaliações, a empresa Américo Empreendimentos Imobiliários Ltda. complementará em dinheiro o montante de R\$ 1.865,00 (um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) mediante transferência em conta corrente do Município, a ser indicada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 3º As despesas provenientes de todos os atos relativos ao aperfeiçoamento das desafetações e permuta serão suportadas pelo Município de Monte Carmelo e serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento.

Art. 4º A permuta será efetivada após o registro da transferência junto ao Cartório de Registro de Imóveis local.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2031, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza o Município de Monte Carmelo a desafetar bem público da categoria de uso comum para a categoria de uso dominical e a doá-lo à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais para uso da 88ª Subseção de Monte Carmelo/MG, e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo, por intermédio do Poder Executivo Municipal, autorizado a desafetar da categoria de uso comum para a categoria de uso dominical o imóvel inscrito no CRI local sob a matrícula nº 47.982 do Livro 02, situado na Rua Sílvia Cardoso Nunes, no Bairro Jardim Zeny, nesta cidade, com área total de 1.096,63m2, destinado à construção da Praça Mário Moreira.

Art. 2º Após a desafetação do imóvel a que se refere o art. 1º, fica o Município de Monte Carmelo autorizado a doá-lo para a 88ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Monte Carmelo/MG - OAB, com a finalidade de viabilizar a construção e instalação de sua sede, nos termos do art. 91, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município de Monte Carmelo.

Art. 3º Constitui responsabilidade do doador a adoção de todas as medidas necessárias à desafetação e transferência de titularidade para cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Parágrafo único. No ato de lavratura da escritura pública de doação, o imóvel será gravado com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

Art. 4º São condições e encargos do donatário:

I - cumprir a finalidade da doação, consistente em construção e instalação da sede da 88ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Monte Carmelo/MG - OAB, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura da escritura pública;

II - observar as normas urbanísticas e ambientais em nível federal, estadual e municipal.

Art. 5º O não cumprimento dos encargos e condições estabelecidos no art. 4º, sem razão que justifique o inadimplemento, implicará reversão automática do imóvel ao patrimônio público municipal.

Art. 6º Todas as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Município de Monte Carmelo e serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando qualquer disposição em contrário.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2032, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), visando à criação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.319 - Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	Fonte de recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 300.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.221 - Manutenção de Postos e Policlínicas		
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor R\$ 30.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.221 - Manutenção de Postos e Policlínicas		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens fixas- Pessoal civil	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor R\$ 135.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.221 - Manutenção de Postos e Policlínicas		
Elemento	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor R\$ 40.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, conforme facultado pela Lei Complementar nº 171, de 09/05/2023, Decreto nº 48671, de 08/08/2023, Resolução SES/MG nº 9027, de

26/09/2023 e Resolução SES/MG nº 9135, de 17/11/2023, será utilizada como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2022, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - fonte de recursos: 2621- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

II - total geral: R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2033, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito suplementar por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 2.225.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais), visando à suplementação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Fundo Municipal Saúde		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.319 - Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 690.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.319 - Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens fixas- Pessoal civil	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 660.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706

Projeto/Atividade	2.319- Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 875.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar aberto por esta Lei, conforme facultado pela Lei Complementar nº 171, de 09/05/2023, Decreto nº 48671, de 08/08/2023, Resolução SES/MG nº 9027, de 26/09/2023 e Resolução SES/MG nº 9135, de 17/11/2023, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2022, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - fonte de recursos: 2621- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

II - total geral: R\$ 2.225.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2034, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.221-Manutenção de Postos e Policlínicas		
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Fonte de Recursos: 2710 - Transferências Especial dos Estados	Valor: R\$ 370.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, conforme facultado pela Lei Complementar nº 171, de 09/05/2023, Decreto nº 48671, de 08/08/2023, Resolução SES/MG nº 9027, de 26/09/2023 e Resolução SES/MG nº 9135, de 17/11/2023, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2022, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - fonte de recursos: 2710-Transferências Especial da União;

II - total geral: R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2693, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre o recebimento parcial das obras de infraestrutura e autoriza a liberação parcial dos lotes caucionados do Loteamento denominado Residencial Villa Itália II, de propriedade de Romeu Pena Construção e Incorporação Ltda."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo (MG), no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Federais 6.766/79, 9.785/99 e as normas municipais que abordam temas sobre parcelamento do solo urbano;

CONSIDERANDO que o Decreto 2359, de 21 de janeiro de 2021, aprovou o loteamento denominado Residencial Villa Itália II, de propriedade de Romeu Pena Construção e Incorporação Ltda., inscrito no CNPJ.: 08.283.169/0001-08, localizado no perímetro urbano do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 34.157 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 5º do Decreto 2359/2021, foram caucionados 129 (cento e vinte e nove) lotes, destinados a garantir a implantação da infraestrutura do Loteamento;

CONSIDERANDO que o Decreto 2649, de 28 de junho de 2023, aprovou o recebimento parcial das obras de infraestrutura e autorizou a liberação parcial dos lotes caucionados nº 01, 02 e 03 da Quadra 07; Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41 da Quadra 08; Lotes 20 e 21 da Quadra 09; Lotes 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, da Quadra 10; Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 da Quadra 11; Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 da Quadra 12.

CONSIDERANDO o requerimento administrativo apresentado pela empresa Romeu Pena Construção e Incorporação Ltda., que solicitou o recebimento do restante das obras de infraestrutura;

CONSIDERANDO que o Laudo de Vistoria nº 12/2023, elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, concluiu que o loteador implantou parcialmente as obras de infraestrutura, restando a pavimentação das calçadas das áreas verdes e institucionais e o isolamento do entorno das áreas verdes e APP;

CONSIDERANDO que o Laudo de Vistoria elaborado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto-DMAE, atestou que as obras de infraestrutura foram todas concluídas;

CONSIDERANDO que liberação da caução ocorrerá somente após a comprovação e aceitação pela Prefeitura, da execução das obras, sendo autorizado a liberação parcial conforme cumprimento da execução das obras de infraestrutura e a critério da CTAAPS;

CONSIDERANDO que permanecerá caucionado 01 (um) lote até a conclusão final destas obras;

CONSIDERANDO que a Prefeitura somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos de loteamentos, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município, dentro da etapa planejada;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 27, §3º e art. 28 da Lei Municipal nº 1546, de 21 de agosto de 2019, bem como a deliberação da Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706

DECRETA:

Art. 1º Consideram-se parcialmente cumpridas as obrigações assumidas pela empresa Romeu Pena Construção e Incorporação Ltda., inscrita no CNPJ nº 08.283.169/0001-08, localizado no perímetro urbano do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 34.157 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo, concernentes a implantação das obras de infraestrutura do Loteamento Residencial Villa Itália II, aprovado por meio do Decreto 2359, de 21 de janeiro de 2021.

Art. 2º Ficam descaucionados os lotes urbanos nº 02, 03, 11 e 12 da Quadra 10.

Art. 3º Permanece caucionado para garantir a finalização das obras de infraestrutura o Lotes 13 da Quadra 10.

Art. 4º Após a finalização das obras de infraestrutura será expedida a certidão de conclusão das obras, o termo de recebimento provisório e a retirada do restante dos lotes caucionados.

Art. 5º O termo de recebimento provisório tem validade de 06 (seis) meses e, uma vez verificada a integridade e a manutenção das condições de conservação, bem como a inexistência de vícios construtivos ocultos, a Prefeitura providenciará o Termo de Recebimento Definitivo do Loteador.

Art. 6º A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não substitui e não exime o Loteador de prestar garantia dos serviços de infraestrutura implantados, nos moldes do Código Civil de 2002.

Art. 7º Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 27 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.286, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre o repasse dos recursos recebidos da União para cumprimento da assistência financeira complementar aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de enfermeiro padrão, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, na forma que especifica.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI, c/c o art. 86, II, 'a', da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, que alterou a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer competência à União para prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal no Segundo Referendo na Medida Cautelar na ADI 7222 que determinou a implantação do piso salarial nacional instituído pela Lei Federal nº 14.434/2022, cuja implementação da diferença resultante do piso deve se dar em toda a extensão coberta pelos recursos provenientes da assistência financeira da União;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao cumprimento do piso salarial dos profissionais da enfermagem e dispõe sobre o repasse referente ao exercício de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1989, de 12 de setembro de 2023 que autoriza o Poder Executivo a repassar aos profissionais da enfermagem os recursos recebidos da União para cumprimento da assistência financeira complementar de que trata a Emenda Constitucional nº 127/2022;

CONSIDERANDO que o Município transferirá os valores a cada servidor, de acordo com o recebido do Ministério da Saúde, no limite deste e informado no InvestSUS (art. 2º da Lei Municipal nº 1989/2023).

RESOLVE:

Art. 1º Repassar aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de enfermeiro padrão, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem discriminados no Anexo, os valores recebidos da União por meio do Fundo Municipal de Saúde, destinados ao cumprimento da assistência financeira complementar da União de que trata a Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, a decisão do STF no Segundo Referendo na Medida Cautelar na ADI 7222 e a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, ou outra(s) que vierem a substituí-lo(a)s.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 28 de novembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

ANEXO

VALORES DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO POR PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM DE QUE TRATA A EMENDA CONSTITUCIONAL 127/2022, CONFORME LIMITE RECEBIDO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE POR MEIO DO INVESTSUS

MATRÍCULA DO SERVIDOR	OUTUBRO/2023
12815	R\$ 336,37
15199	R\$ 470,77
21687	R\$ 389,46
33880	R\$ 377,66
36986	R\$ 336,37
38881	R\$ 336,37
41777	R\$ 687,32
438668	R\$ 913,68
438669	R\$ 899,63
438671	R\$ 759,15
438672	R\$ 839,59
438726	R\$ 903,17
438746	R\$ 839,59
438772	R\$ 711,26
438774	R\$ 903,17
438776	R\$ 903,17
438782	R\$ 641,91
438881	R\$ 711,26
438882	R\$ 889,07
438934	R\$ 903,17
438989	R\$ 889,07
439255	R\$ 903,17
439259	R\$ 903,17
439267	R\$ 1.179,14
439292	R\$ 903,17
439295	R\$ 903,17
439296	R\$ 903,17
439297	R\$ 711,26
439318	R\$ 903,17
439344	R\$ 711,26



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706

439371	R\$ 903,17
440152	R\$ 289,98
440156	R\$ 1.499,11
440178	R\$ 1.499,11
440205	R\$ 1.499,11
440219	R\$ 1.499,11
440285	R\$ 1.499,11
440293	R\$ 1.499,11
440294	R\$ 1.499,11
440353	R\$ 1.499,11
440538	R\$ 1.499,11
440569	R\$ 1.292,14
440588	R\$ 1.499,11
440672	R\$ 1.499,11
440677	R\$ 1.499,10
440681	R\$ 1.499,11
440732	R\$ 1.499,11
440748	R\$ 1.499,11
440767	R\$ 1.499,11
440929	R\$ 1.499,11
440935	R\$ 1.499,11
440967	R\$ 1.292,14
440969	R\$ 1.499,11
440988	R\$ 1.499,11
440999	R\$ 1.292,14
441014	R\$ 1.499,11
441015	R\$ 1.499,11
441043	R\$ 1.499,11
441056	R\$ 1.499,11
441210	R\$ 1.499,11
441213	R\$ 1.499,11
441214	R\$ 1.499,11
441220	R\$ 1.499,11
441225	R\$ 1.292,14
441244	R\$ 1.292,14
441245	R\$ 1.292,14
441247	R\$ 1.499,11
441249	R\$ 1.499,11
441250	R\$ 1.499,11
441252	R\$ 1.499,11
441270	R\$ 1.499,11
441272	R\$ 1.499,11
441283	R\$ 1.292,14
441298	R\$ 1.499,11
441302	R\$ 1.499,11
441310	R\$ 1.499,11
441318	R\$ 1.499,11
441337	R\$ 1.292,14
441340	R\$ 1.499,11
441341	R\$ 1.499,11
441346	R\$ 1.499,11
441349	R\$ 1.499,11
441350	R\$ 1.499,11
441356	R\$ 1.499,11
441388	R\$ 1.499,11
441413	R\$ 1.292,14
441518	R\$ 1.292,14
441561	R\$ 1.499,11
441566	R\$ 1.292,14
441571	R\$ 1.292,14
441585	R\$ 1.499,11
441593	R\$ 1.292,14
441597	R\$ 1.499,11
441603	R\$ 1.499,11

441626	R\$ 1.292,14
441637	R\$ 1.292,14
441694	R\$ 1.499,11
441705	R\$ 1.499,11
441724	R\$ 1.499,11
441733	R\$ 1.292,14
441747	R\$ 1.292,14
441755	R\$ 1.499,11
441869	R\$ 1.499,11
441870	R\$ 1.499,11
441873	R\$ 1.499,11
441901	R\$ 1.499,11
441911	R\$ 1.499,11
441914	R\$ 1.499,11
441915	R\$ 1.499,11
441929	R\$ 1.499,11
441934	R\$ 1.499,11
441935	R\$ 1.499,11
441948	R\$ 1.499,11
441970	R\$ 1.499,11
441978	R\$ 1.499,11
442018	R\$ 1.499,11
442023	R\$ 1.499,11
442024	R\$ 1.499,11
442036	R\$ 1.499,11
442059	R\$ 1.499,11
442064	R\$ 1.499,11
442065	R\$ 1.499,11
442090	R\$ 1.499,11
442092	R\$ 1.499,11
442264	R\$ 1.292,14
442302	R\$ 1.292,14
442304	R\$ 1.499,11
442305	R\$ 1.499,11
442306	R\$ 1.499,11
442321	R\$ 1.499,11
442333	R\$ 1.292,14
442354	R\$ 1.499,11
442368	R\$ 1.499,11
442382	R\$ 1.499,11
442394	R\$ 1.499,11
442414	R\$ 1.499,11
442426	R\$ 1.499,11
442427	R\$ 1.499,11
442442	R\$ 1.292,14
442443	R\$ 1.499,11
442456	R\$ 912,33
442457	R\$ 1.499,11



PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO: Termo de Cessão de uso de bem imóvel que entre si celebram o Município de Monte Carmelo/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.593.103/0001-78, e a Câmara Municipal de Monte Carmelo inscrita no CNPJ sob o nº 14.309.636/0001-24, com fundamento no Decreto nº 2691, de 16 de novembro de 2023. **Objeto:** 1.1 a cessão de uso gratuito do bem imóvel público registrado sob o número de matrícula 25.144 do Livro 2 do CRI de Monte Carmelo, com área de 6.120,00 m2 (seis mil e cento e vinte metros quadrados), situado entre as Ruas Tomé de Souza, Men de Sá e Duarte da Costa, s/n, Bairro Jardim dos Ipês, Monte Carmelo/MG; 1.2 O imóvel possui área construída de 1.156,66 m2 (um mil, cento e cinquenta e seis, vírgula sessenta e seis metros quadrados), medindo 96,00 m (noventa e seis metros) de frente pela Rua Tomé de Souza; 63,75 m (sessenta e três vírgula setenta e cinco metros) do lado direito, confrontando com a Rua Mén



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de novembro de 2023

Ano XVII

nº 2706

de Sá; 96,00 m (noventa e seis metros) de fundos, confrontando com a Rua Duarte da Costa; 63,75 m (sessenta e três vírgula setenta e cinco metros) do lado esquerdo, confrontando com a Rua do Contorno, Bairro Jardim dos Ipês, nesta cidade. **Finalidade:** viabilizar o atendimento do interesse público mediante a disponibilização de imóvel para funcionamento da sede do Poder Legislativo Municipal, garantindo, assim, a promoção do desempenho das atividades finalísticas e institucionais da Câmara Municipal e contribuindo diretamente para a redução dos gastos públicos provenientes das despesas com locação. Vigência: a partir da data de sua assinatura, por tempo indeterminado. Data de assinatura: 20 de novembro de 2023.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br